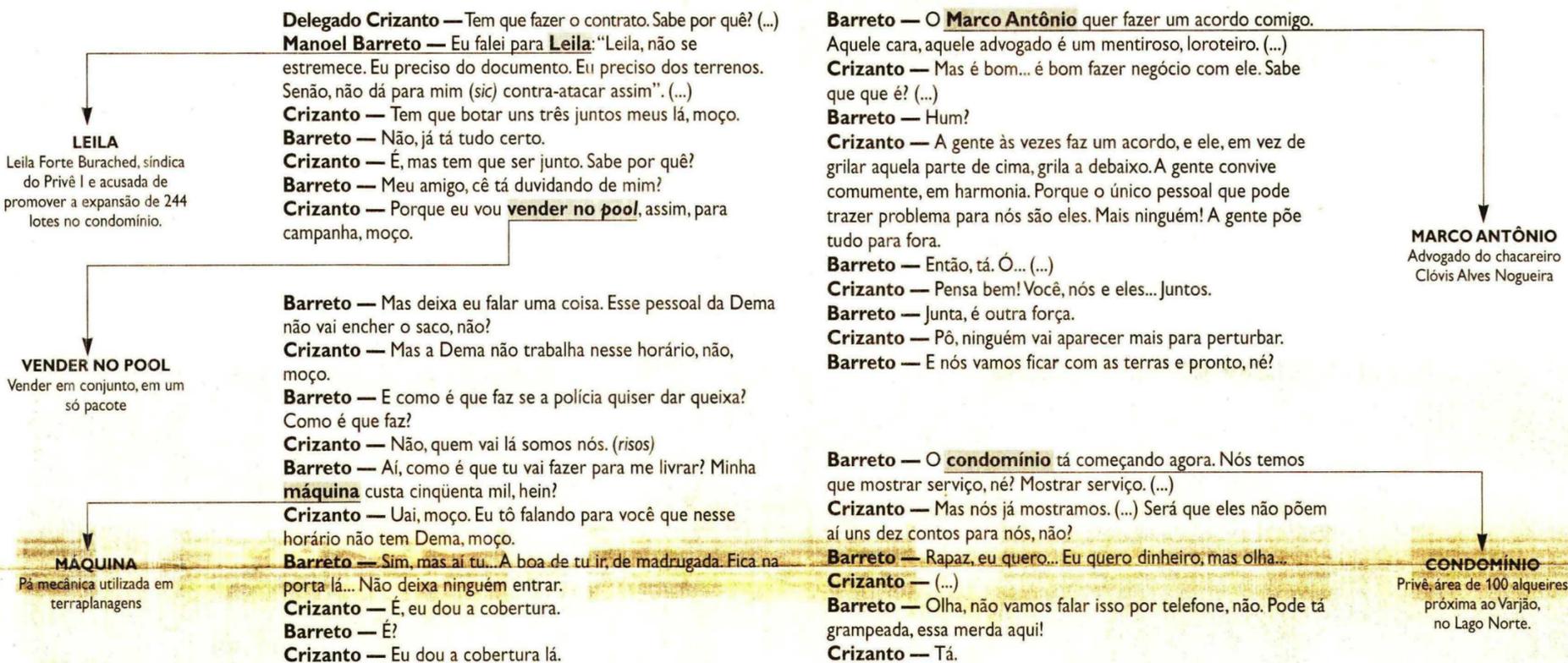


Corrupção na linha

Ana Lúcia Moura e Dante Accioly
Da equipe do Correio



Kleber Lima 23.10.00



FRANCISCO CRIZANTO

É delegado da Polícia Civil desde 1978. Foi titular da Asa Sul, P Norte e Lago Norte e hoje atua no Setor O. Teve o nome citado em escândalos, como a participação no roubo de barras de ouro no Aeroporto de Brasília. Nada ficou provado. Foi exonerado e reconduzido ao cargo duas vezes por Joaquim Roriz. Nas fitas analisadas pelo Instituto de Criminalística, garante proteção à expansão do Privê I em troca da promessa de três lotes.

O QUE DIZ A LEI

O delegado Francisco Crizanto foi denunciado por corrupção passiva porque garantiu proteção às ações de expansão do Privê I em troca de lotes. O Ministério Público também o acusa de abuso de autoridade por invadir o lote do chacareiro Clóvis Nogueira. O advogado Manoel Barreto, por sua vez, foi denunciado por corrupção ativa. Ele ofereceu lotes a Crizanto para impedir a fiscalização no Privê I. Os acusados podem pegar até oito anos de reclusão.

Os diálogos acima mostram um delegado da Polícia Civil a serviço dos invasores de terras públicas no Distrito Federal. Francisco de Assis Barreiro Crizanto, ex-assessor para assuntos da Polícia Civil do governador Joaquim Roriz e titular da 24ª DP (Setor O), cobrou lotes para acobertar as ações de expansão do Condomínio Privê — área de 100 alqueires enclavada no Lago Norte e considerada pública pela Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap).

Crizanto negociou em dezembro de 2000 o repasse de três terrenos com o advogado Manoel Barreto Pinheiro, representante de Leila Forte Burached — então síndica do condomínio clandestino. Em troca dos lotes avaliados em R\$ 100 mil, o delegado prometeu “mostrar serviço”: manter o Privê I a salvo de novos invasores e dos agentes da Delegacia Especial de Meio Ambiente (Dema).

O negócio entre Crizanto e Barreto foi descoberto após escuta telefônica autorizada pela Justiça. A Delegacia de Falsificações e Defraudações investigava desde agosto de 2000 a participação do advogado em um suposto esquema de recepção de carros importados roubados.

O delegado Daniel Malvazzo pediu a quebra dos sigilos bancário e telefônico de Manoel Barreto. A escuta revelou que as ações suspeitas do advogado não se limitavam à recepção de produtos de roubo.

“MEU DOUTOR”

Os telefones residencial e celular de Manoel Barreto Pinheiro foram grampeados entre os dias 26 de dezembro de 2000 e 9 de janeiro de 2001. As conversas do advogado foram gravadas em 18 fitas cassete e analisadas pela Seção de Perícias em Audiovisuais do Instituto de Criminalística. Os peritos produziram um laudo de 347 páginas, ao qual o *Correio* teve acesso com exclusividade.

Durante os 15 dias de *grampo*, Barreto manteve onze contatos com Francisco Crizanto — a quem chamava carinhosamente de “meu doutor”, “meu irmão” e “Crizantão”. Segundo denúncia oferecida pelo Ministério Público no dia 20 de junho, os dois combinavam por telefone como acobertar a expansão irregular do condomínio. A moeda de troca eram lotes na área. O advogado agia como intermediário entre os representantes do Privê I e o delegado, que em dezembro de 2000 era titular da 9ª DP (Lago Norte).

Crizanto e Barreto agendavam reuniões com representantes do condomínio e outros policiais civis. O delegado garantia manter os agentes da Dema longe do loteamento. Mas sugeria que o serviço de proteção ao Privê I seria cobrado em lotes. A intenção de Crizanto era vender os terrenos e investir o dinheiro em campanha. Ele é candidato a deputado

distrital pelo PSD — partido que integra a base do governador Joaquim Roriz.

FALASTRÃO

O delegado e o advogado do Privê I foram denunciados por corrupção passiva e ativa. A pena prevista para o crime é de um a oito anos de reclusão. A denúncia que expõe a relação promíscua entre invasores de terra e policiais civis foi oferecida pelos promotores Renato Barão Varalda e Andrea Cirineo Sacco, do Núcleo de Investigação Criminal e Controle Externo da Atividade Policial.

Os promotores concluíram que — em troca da promessa de lotes — o delegado Francisco Crizanto determinou a derrubada da cerca da chácara de Clóvis Alves Nogueira, em dezembro de 2000. A demolição foi acompanhada por Manoel Barreto e Leila Burached, que tinham interesse na expulsão do chacareiro. É que a propriedade ocupada por Clóvis Alves impedia a expansão do Privê I (leia reportagem na próxima página).

O advogado Manoel Barreto desconfiava que tinha os telefones grampeados. Mas — ainda assim — não conseguia segurar a língua. Em conversa com o sócio e ex-delegado Everardo Sales Correia, ele comenta que os policiais queriam lotes para dar cobertura ao Privê I:

Barreto — Queremos é doze lotes, entendeu?
Everardo — É.
Barreto — Porque o pessoal da polícia quer o dele, né?
Everardo — É.
Barreto — O pessoal quer o lotinho lá, uma coisinha para dar cobertura.
Everardo — É.
Em outro trecho, Everardo relata para Barreto conversa que teve com o delegado:
Everardo — O Crizanto vai chegar lá pra gente reunir a dona Leila e o outro pessoal lá.
Barreto — Tô cedo lá.
Everardo — Porque ele falou claro aqui. Pô, o pessoal dele quer levar uns negocinhos lá também. Uai, como vai ser isso? (...)
Barreto — Nós temos que ganhar alguma coisa aí, né? (...)
Everardo — Pode dar um lote aí para cada um deles, os meninos lá e acabou aí uns oito pra gente, nove.

A denúncia do Ministério Público foi distribuída para a 8ª Vara Criminal. Após o recesso do Judiciário, o delegado Francisco Crizanto e o advogado Manoel Barreto serão notificados para apresentar defesa.